

EM DEFESA DE MATTOSO CÂMARA
Um Caso de Morfologia

Horácio Rolim de Freitas
UERJ/ABF

Estamos atravessando uma crise no ensino — dentre outras — de leitura. Lê-se pouco, lê-se mal, lê-se superficialmente, acarretando a produção de obras sobre a língua portuguesa, que ora dizem o óbvio ora desdenham os grandes luminares da língua e da literatura, sem que esses tenham o direito de defesa.

É temerário, tanto no campo da língua quanto no da literatura, abordarmos este ou aquele autor sem conhecer-lhes a obra completa.

Nesta fase de tropeços de nosso ensino universitário, tem sido comum nos depararmos com obras, artigos e até dissertações de Mestrado onde as “novidades” residem em seus autores objetarem idéias de grandes mestres, como o foram, para só citar dois, Said Ali e Mattoso Câmara Júnior. Seria aceitável, e até digno de louvor, se os estudiosos acrescentassem algo promissor às idéias e aos trabalhos daqueles mestres em qualquer campo dos estudos lingüísticos. Mas, em geral, não é o que ocorre.

Na literatura, existem os que lançam “à fogueira” aqueles que ousam falar de um poeta parnasiano, como se estes fossem possuídos de “lepra lingüística”.

No campo da língua, procura-se negar, sem a fundamentação precisa, as idéias motrizes daqueles mestres em favor de teorias superficiais que nada acrescentam aos estudos sérios sobre o nosso idioma.

Em algum lugar se disse que Mattoso Câmara defendeu a tese de que “o grau não se expressa por flexão porque nem todos os substantivos são graduados”. Se é que é tese, Mattoso não a defendeu. O que Mattoso expôs sobre grau pode-se ler em *Problemas de Lingüística Descritiva*¹: “As palavras derivadas não obedecem a uma pauta sistemática e obrigatória para toda uma classe homogênea do léxico. Uma derivação pode aparecer em dado vocábulo e faltar para o congêneres.”

¹ *Problemas de Lingüística Descritiva*, Petrópolis, Editora Vozes, 1968, pág. 48.

O trecho pertence ao capítulo em que o A. distingue flexão de derivação. E a afirmação é facilmente comprovada através do uso de sufixos derivacionais: Mattoso exemplifica, de início, cantarolar tirado de cantar, sem derivação análoga para gritar e falar. O mesmo diríamos de consolação para consolar e requerimento para requerer. Logo, além de a relação não ser exaustiva, não obedece a uma pauta obrigatória pela possibilidade de escolha no uso do falante. Dependerá do já conhecido princípio “*Usus norma loquendi*”. Reafirma Mattoso: “Para cada vocábulo há sempre a possibilidade ou a existência potencial de uma derivação”.²

Em *História e Estrutura da Língua Portuguesa*³ lemos: “A derivação por sufixo, na expressão de grau, também serve para assinalar no nome derivado um grau maior ou menor de dimensão ou intensidade em face do termo primitivo.

Em relação aos substantivos cria-se assim a categoria dos “aumentativos” e dos “diminutivos”.

É clara a explicação de Mattoso Câmara, uma vez que também se verifica no emprego dos graus aumentativo e diminutivo uma relação extensa de sufixos derivacionais cuja escolha dependerá do falante e do uso que se faça na língua de acordo com o registro.

O aumentativo pode ocorrer com diversos sufixos, dentre os quais exemplificamos: -aço, -aça: ricaço, mulheraça, barcaça; -alhão (alho + ão): grandalhão, bobalhão; -arra: naviarra, bocarra etc. O mesmo sucederá com o diminutivo: -inho: livrinho, filhinho; -zinho: amorzinho, florzinha; -eta: saleta; -ote: filhote, frangote etc.

Vê-se quão precisa é a afirmação de Mattoso Câmara: “Os morfemas de derivação não constituem um quadro regular, coerente e preciso”.⁴ Primeiramente, porque pertencem a uma relação ilimitada, à chamada relação aberta da língua; segundo, a escolha no uso de uns não ocorre em outros, justamente porque, só pela opção da coletividade, o uso se torna norma.

Deve-se observar que as idéias matosianas expostas acima constam das obras: *Problemas de Lingüística Descritiva* e *História e Estrutura da Língua Portuguesa*.

Para as explicações sobre flexão de gênero, além das citadas, utilizamos também artigo sobre o assunto inserto nos *Dispensos*.

² Ibidem, pág. 49.

³ *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Rio. Padrão – Livraria Editora Ltda, 1975, pág. 226.

⁴ *Problemas de Lingüística Descritiva*, pág. 48.

Não poderíamos incluir a *Estrutura da Língua Portuguesa* por ser obra publicada postumamente e, por isso mesmo, eivada de erros, não só de impressão mas também de conteúdo. Os próprios editores na “orelha” do livro declararam: “O professor Mattoso Câmara Jr. ao falecer em janeiro de 1970 entregara parte dos originais à Editora (o grifo é nosso). A obra ficou inacabada, porém. A parte intitulada, de acordo com a nomenclatura de Martinet, *A primeira articulação da Linguagem* ou *Morfo-Sintaxe* teve seu título alterado, pois a sintaxe nem fora tocada.”

Constata-se assim que se trata de uma obra inacabada, com alteração feita pelos editores e com diversos erros que podem ser encontrados, dentre outros, nas páginas 46, 50, 63, 85, 97, 104 e 105.

Para concluir sobre a confiabilidade da obra, repetimos as palavras dos próprios editores na “orelha”: “Houve hesitação, por parte dos responsáveis pelo acervo de Mattoso Câmara Jr., quanto à conveniência de publicação da obra.”

Passamos, portanto, a defender as idéias reais de Mattoso Câmara. Lemos em algum lugar a seguinte crítica ao referido autor: “Pelo critério de regularidade o gênero não se expressa por flexão, visto que a maioria dos substantivos em nossa língua não se flexionam para expressar tal categoria.”

Jamais Mattoso Câmara estendeu a flexão a todos os substantivos de nossa língua.

Observemos suas lições na obra de sua real autoria: *Problemas de Linguística Descritiva*, onde explica que a marca nos nomes masculino e feminino de gênero único está “apenas, extrinsecamente, na forma do artigo definido que exigem. Há um gênero latente que se torna explícito com a presença real ou virtual do artigo; cf. (o pente), (a ponte), (o) nauta, (a) tribo, etc.”⁵

Em seguida faz referência ao caso de flexão: “Ora, também, *quando há flexão de gênero*, há a indicação concomitante do gênero pelo artigo (o grifo é nosso).

Podemos dizer, portanto, que a flexão, quando aparece, é redundante, porque o gênero é sempre indicado, concreta ou potencialmente, pelo artigo.”

Também na obra *História e Estrutura da Língua Portuguesa*⁶, o mesmo princípio o norteia: “Para a grande maioria dos substantivos o gênero é iminente (ou, em outros termos, a desinência é uma variante Ø, que não distingue o feminino do masculino, cuja desinência é necessariamente Ø)”.

⁵ Ibidem, pág. 64.

⁶ *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, pág. 80.

Sua explicitação está rigorosamente dentro do critério por ele adotado. Os nomes são temáticos ou aтемáticos. Nos primeiros, terminados em -a, -e, -o, em sua maioria, não há a marca de gênero, isto é, a desinência é Ø, como em: rosa, livro, pente; ou em mar, flor, paz. Daí a sua conclusão: “Então, o gênero só se torna explícito numa atualização da fala em que aparece um adjetivo de tema em -o em concordância com o substantivo”.

Suas lições sobre a formação de gênero em Português estão minuciosamente explicadas no artigo *Considerações sobre o gênero em Português*, inserto nos *Dispersos*:⁷ “Chegamos assim ao princípio fundamental da morfologia do gênero em português. O gênero dos substantivos se afirma pela seleção da forma do artigo determinante. Em outros termos: o gênero de um substantivo está na flexão do artigo que o determina ou pode determinar” (o grifo é nosso)

O conceito de “regularidade” não é extensivo a todos os nomes, nem constitui o princípio básico na formação de gênero. Quando há flexão, e aí apenas num certo número de palavras, confirma-se a regularidade e a exclusividade na estrutura da língua portuguesa.

Mattoso Câmara não foge ao princípio, ao explicar que, quando ocorre a flexão de gênero no mecanismo morfológico, quer nas partículas modificadoras, quer nos substantivos e adjetivos, trata-se de redundância, como nos exemplos: (o) lobo x (a) loba; belo x bela.⁸

As línguas se formam de acordo com a estrutura de seu sistema, cujas causas são diversas, com base na história, no aspecto social e no aspecto cultural. Assim é que nas orações sem sujeito os verbos que indicam fenômenos da natureza em português são expressos na 3.^a pessoa do singular: troveja, chove etc.; sem pronome e sem desinência. Já em línguas como o francês, o inglês e alemão a estrutura verbal exige a presença do pronome: il pleut, it rains, es regnet.⁹

Daí a lição de Mattoso Câmara: “Na descrição gramatical do gênero sempre é precário e ineficiente o uso de critérios semânticos elementares”.¹⁰

Assim, deve-se levar em conta o binarismo na estrutura lingüística. A flexão de gênero, marcada pela desinência -a só existe em oposição a uma forma masculina de desinência Ø. É, portanto, o feminino um processo de particularização significativa. Temos aí a aplicação do princípio saussuriano:

⁷ *Dispersos*, Rio, Fundação Getúlio Vargas, 1972, pág. 122.

⁸ *Ibidem*, pág. 123.

⁹ Cândido Jucá Filho, *O Fator Psicológico na Evolução Sintática*, Rio, Fundação Getúlio Vargas, 1971, pág. 16.

¹⁰ *Dispersos*, pág. 116.

“Na língua tudo são oposições. O elemento lingüístico, portanto, é a relação opositiva que cria distinções formais”.¹¹

Na referida obra, finaliza Mattoso Câmara: “... há que concluir-se que não é a flexão do substantivo, em princípio, a marca básica do gênero em português”. “A categoria de gênero em português existe além da marca flexional, que é uma *explicitação redundante* de gênero.”¹² (O grifo é nosso)

Lembramos que a redundância não se faz apenas pela flexão externa mas também por meio da flexão interna, isto é, de uma alternância vocálica como: novo/nova, porco/porca, avô/avó. Contudo, a marca básica de gênero continua a ser o artigo. A gramática tradicional, continuando o critério de Donato,¹³ na classificação de gênero, associou-o à noção de sexo, conservando até os termos *epiceno* e *promíscuo* para distinção de sexo de animais. Deve-se levar em consideração um critério que distribua e caracterize, dentro da estrutura da língua, as categorias gramaticais, como no caso do gênero.

Mattoso Câmara foi não só o introdutor dos modernos estudos lingüísticos no Brasil, mas, principalmente, aquele que soube aplicá-los em vários campos da língua, principalmente na fonologia e na morfologia. Daí o critério por ele utilizado ser irrefutável.

Ensina Mattoso: “A análise mórfica está inelutavelmente ligada aos valores *significativos e funcionais*”.¹⁴ (o grifo é nosso)

Palavras como: criança, cônjuge só têm um gênero gramatical, não definem o sexo da pessoa, que poderá ser deduzido pelo contexto frasal. Outras há que têm dois gêneros, sem flexão, marcados pelo artigo: *o pianista/a pianista*. Pode também ocorrer que, além da semelhança de forma, haja significação diferente. Casos como *barco/barca; fruto/fruta; bolso/bolsa* etc. não apresentam flexão de gênero pela especialização de sentido. A significação de barco não é a mesma de barca. São palavras diferentes no emprego frasal. Logo, sua análise mórfica será: *barc-o* (radical + vogal temática -o); *barc-a* (radical + vogal temática -a). Não há desinência de gênero. Não aceitamos considerar essa oposição *barco/barca* idêntica a *gato/gata*¹⁵. Nesta não há uma especialização de sentido.

Referências

¹¹ Saussure, *Cours de Linguistique Générale*, 5ª ed., Paris, Payot, 1955, pág. 167.

¹² Dispersos, págs. 121, 122.

¹³ Gramático romano (350 d. C.). Ver citação em *Princípios de Morfologia*, de Horácio Rolim, Rio, Oficina do Autor, 1997, 4ª ed., pág. 83.

¹⁴ *Problemas de Lingüística Descritiva*, pág. 44.

¹⁵ Herculano de Carvalho, *Teoria da Linguagem*, Tomo II, Coimbra, Atlântida Editora, 1973, págs. 536, 38.

Além de Mattoso Câmara, cumpre citar outro importante autor que sempre soube aplicar os modernos princípios lingüísticos ao português com eficiência, precisão e adequação. Falo de Walmírio Macedo que, em sua obra *Elementos para uma Estrutura da Língua Portuguesa*, norteia-se pelo critério semântico-estrutural ou funcional, definindo-o: “O aspecto semântico ressalta a noção de valor e valor decorre da noção de função. Por isso, a posição semântico-estrutural é funcional”.¹⁶

A classificação da categoria de gênero em português de Walmírio é precisa e clara. Assim distingue o autor:¹⁷

Palavras femininas: mulher, casa

Palavras femininas de outras (há flexão): senhora/senhor

Palavras de forma feminina: bolsa (em relação a bolso) mas não feminino de bolso. Conclui-se daí que não há flexão. O -o e o -a de bolso e bolsa são vogais temáticas, não há desinência de gênero.

Li ainda em algum lugar que o falante “não se verá obrigado ao uso da flexão em si, em frases como: Nós tava aqui”.

É bom esclarecer que a gramática não impõe; o gramático não legisla sobre a língua, mas a descreve de acordo com o uso padrão, o coloquial tenso que, em geral, é aprendido na escola. Ainda aqui buscamos o ensino de Mattoso Câmara, ao citar Tonnelat: “Não há língua comum sem ensino escolar e este tem de assentar necessariamente numa regulamentação imperativa.”¹⁸ Portanto, no ensino escolar é preciso dar uma base à disciplina gramatical, partindo-se do registro falado e escrito considerado “culto” ou padrão.

Os desvios desse sistema ocorrerão, é claro, em outros registros: o vulgar, o regional, o calão. Mas as pessoas que freqüentam escola, em princípio devem aprender o sistema da língua de acordo com a norma padrão. Estamos aqui diante do chamado saber idiomático, de que fala Coseriu. Recorremos à explicação de Evanildo Bechara em sua gramática: “Ao saber idiomático corresponde a norma de correção, isto é, a conformidade de falar (em) uma língua particular segundo as normas de falar historicamente determinado e corrente na comunidade que a pratica”.¹⁹

¹⁶ Walmírio Macedo, *Elementos para uma Estrutura da Língua Portuguesa*, 2.^a ed., Rio, Presença, 1987, pág. 38.

¹⁷ Walmírio Macedo, *Gramática da Língua Portuguesa*, Rio, Presença, 1991, págs. 112, 113.

¹⁸ *Problemas de Lingüística Descritiva*, pág. 10.

¹⁹ Evanildo Bechara, *Moderna Gramática Portuguesa*, 37.^a ed., Rio, Editora Lucerna, 1999, pág. 35.

Voltemos à distinção entre flexão e derivação, desenvolvendo-a com base na seguinte afirmação de Mattoso Câmara, ao referir-se ao grau do adjetivo: “A sua inclusão na flexão nominal decorreu da transposição pouco inteligente de um aspecto da gramática latina para a nossa gramática.”²⁰

Histórico

O grau dos adjetivos no latim clássico se fazia por flexão, associada a uma comparação. Pela junção dos sufixos *-ior* (para o masc. e o fem.) e *-ius* (para o neutro) comparava um ou mais seres em relação a outro ou outros: *Petrus fortior Paulo* (comparativo de superioridade). Para expressar-se a qualidade de um ser num grau muitíssimo elevado em relação a outros seres, usava-se o sufixo *-issimus* (ou *-rimus* e *-limus*) acrescentado ao adjetivo: *Petrus studiosissimus discipulorum* (superlativo relativo). Passando-se a usá-lo sem o membro da relação, surgiu o chamado superlativo absoluto: *Petrus fortissimus est*.

Na linguagem corrente essas formas sintéticas do *comparativo* e do *superlativo* foram substituídas pelas formas analíticas, como ensina, por exemplo, Theodoro Maurer:²¹ “A comparação sintética do comparativo e do superlativo desapareceu da língua vulgar, quase sem deixar vestígios: “O que subsiste do velho sistema em parte da România deve-se à influência erudita, como se verifica com o superlativo moderno do italiano, do espanhol e do português.”

Para a expressão do comparativo a linguagem corrente usava os advérbios *magis* e *plus*: *magis bellus, plus bellus*. A forma corrente do superlativo se fazia pela anteposição ao adjetivo, principalmente, do advérbio *multum*: *multum bellus*, já freqüente nas obras de Plauto, o que denota uma construção de caráter mais popular. Também em Horácio encontram-se construções populares, como na passagem da Sátira II, 3, 147: “*Hunc medicus multum celer atque fidelis excitat hoc pacto...*” (Seu médico muito rápido e afetuoso o acorda com este aviso...)

Diz-nos também Grandgent: “Los antiguos comparativo y superlativo perdieron poco a poco su significación precisa, empleándose frecuentemente con un mero valor intensivo.”²² E conclui: “En las lenguas románicas se formó un sustituto para el superlativo, anteponiendo al comparativo el artículo definido; es probable que este procedimiento haya existido en el latín vulgar tardío.”

Lembramos que além de *multum* usavam-se para a intensificação os advérbios: *valde, satis, bene*.

²⁰ *Problemas de Lingüística Descritiva*, pág. 50.

²¹ Theodoro Maurer, *Gramática do Latim Vulgar*, Rio, Livraria Acadêmica., 1959, págs. 102, 103.

²² Grandgent, *Introducción al Latín Vulgar*, 2.ª ed., Madrid, Publicaciones de la Revista de Filología Española, 1952, pág. 66.

Não faltam exemplos das formas analíticas no latim corrente, como:

“... *et ipse locus, id est, summītas montes, non satis grandis est.*”
(*Peregrinatio Etheriae ad loca sancta*).²³

“*Vallem infinitam ingens, planissimam et valde pulchram*” (Idem)

“*Nam litteris satis inquinatus est.*” (Com efeito (ele) está muito descreditado na literatura) (*Satiricon*, de Petrônio, in Diaz y Diaz).²⁴

As línguas românicas, em geral, desconhecem as formas sintéticas de superlativo como podemos constatar pela afirmação de Väänänen: “Tampoco las lenguas románicas tienen una forma especial para el superlativo: it. la cosa più cara; esp. la cosa más cara; port. a coisa mais cara.” “La forma en -issimus foi reintroduzida no italiano, español y portugués”.²⁵

Sobre a formação do superlativo em português há lições de mestres da língua dentre os quais citamos dois: Said Ali e Evanildo Bechara.

Said Ali:²⁶ “Para traduzir o superlativo intensivo dois processos se nos oferecem à escolha: antepor ao adjetivo um advérbio de intensidade: muito, extremamente, consideravelmente, etc, ou acrescentar o sufixo -íssimo.

O superlativo formado por meio do sufixo -íssimo é de origem erudita. A par desta formação sintética em -íssimo, existem superlativos em -imo tomados igualmente ao latim: humílimo, celebérrimo, etc.”

Bechara:²⁷ “O sufixo -íssimo é recente na história do português e se deve a um empréstimo do latim, durante o Renascimento, com auxílio do italiano, responsável pela recuperação do sufixo. Na linguagem coloquial, se desejamos que o superlativo absoluto analítico seja mais enfático, costumamos repetir a palavra intensiva: Ele é muito mais cuidadoso, ou se buscam efeitos expressivos mediante a ajuda de criações sufixais imprevistas como -ésimo.”

Além do sufixo -ésimo, como em finésimo, popularizou-se a forma -rimo, inicialmente com valor pejorativo: infamérrimo, chatérrimo. Hoje tem uso generalizado na linguagem corrente: bacanérrimo, lindérrimo.

Deve-se lembrar que a idéia de intensificação pela repetição já ocorria no português antigo, de que são exemplos:

²³ Idem, *Apêndice*, págs. 296 e 299.

²⁴ Diaz y Diaz, *Antología del Latin Vulgar*, Madrid, Editorial Gredos, 1950, pág. 123.

²⁵ Väänänen, *Introducción al Latin Vulgar*, Madrid, Editorial Gredos, 1968, pág. 192.

²⁶ Said Ali, *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, 3.^a ed., S. Paulo, Edições Melhoramentos, 1964, págs 82, 83.

²⁷ Evanildo Bechara, op. cit., pág. 149.

- “Deus a fez de mui gram valor” (Cantiga de D. Dinis)
- “Que dos mui muitos ciúmes
Nasce o mui muito amor” (Gil Vicente)

A língua portuguesa ainda possui outros recursos para a intensificação da idéia superlativa:

- “Quando eu era pequeno
Muito pequeno mesmo” (Jorge de Lima, *Ancila Negra*)
- “Muito enganado o mal enganado está” (Rui Barbosa, *Réplica*, in *Antologia* de Fausto Barreto).
- “Que eu, se tenho nos olhos malferidos...” (Machado de Assis, *A Carolina*).

Nos dois exemplos mal traduz intensificação, idéia superlativa.

Voltemos, agora, à lição de Mattoso Câmara que descreve a formação de grau na seguinte passagem da obra: *Problemas de Lingüística Descritiva*.²⁸

“Os adjetivos em português apresentam comumente uma possibilidade de indicarem por meio de morfema derivacional o alto grau de qualidade que expressam: tristíssimo (de triste); fácilimo (de fácil); nigérrimo (de negro). Não é flexão de grau pois faltam-lhe as condições estabelecidas, como:

1º) Não há obrigatoriedade no emprego desses adjetivos com morfema de superlativo ou grau intensivo. É a rigor uma questão de estilo ou preferência pessoal.”

Seriam exemplos dessa possível escolha: Ele é queridíssimo, ele é muito querido, ele é muitíssimo querido, ele é bastante querido.

2º) “Em segundo lugar, estamos muito longe de uma sistematização coerente, para todos os adjetivos ou pelo menos para uma classe formal bem definida, como sucede com a flexão de plural com os adjetivos portugueses em geral e para a flexão de feminino com os adjetivos terminados em -o”

A inclusão de grau na derivação tem tido a acolhida de outros grandes mestres nacionais e estrangeiros, dentre os quais, cito:

Evanildo Bechara²⁹

Graus do substantivo: “Os substantivos apresentam-se com a significação aumentada ou diminuída, auxiliados por sufixos derivacionais.”

²⁸ op. cit, págs. 49, 50.

²⁹ op. cit, págs. 140 e 148.

“A NGB, confundindo flexão com derivação, estabelece dois graus de significação do substantivo: aumentativo e diminutivo. A derivação gradativa do substantivo se realiza por dois processos, numa prova evidente de que estamos diante de um processo de derivação, e não de flexão.”

Graus do adjetivo: “Há três tipos de graduação na qualidade expressa pelo adjetivo: positivo, comparativo e superlativo. Como já dissemos, a graduação em português se expressa por mecanismo sintático ou derivacional” (o grifo é nosso)

Walmírio Macedo:³⁰

“Outro aspecto que é importante ressaltar é que o grau é uma derivação e não uma flexão, como é geralmente conhecido.” (o grifo é nosso)

Manuel Pinto Ribeiro:³¹

“... o grau é um processo de derivação, quando é expresso por meio de sufixos chamados derivacionais. Portanto, não se deve confundir a flexão com a derivação.”

Andre Martinet:³²

Ao caracterizar afixo, Martinet explica que precisamos comprovar “se o monema pertence a uma série aberta (que hoje talvez comporte um número reduzido de unidades, mas susceptível de aumentar) ou a uma série fechada.”

Observa ainda que “não se procura saber quantos sufixos há em português susceptíveis, como *-inho*, de formar substantivos a partir de substantivos, porque eles constituem um sistema suficientemente elástico para a cada passo poder aparecer novo sufixo do mesmo tipo.” E conclui: “Parece pois haver interesse em ver nos afixos um tipo particular de lexemas.”

Diante das argumentações apresentadas e dos critérios esposados por grandes nomes nacionais e estrangeiros, incluindo a noção de grau no processo de derivação, constatamos que as lições de Mattoso Câmara foram bem assimiladas pelos verdadeiros pesquisadores.

Aqueles que criticam as idéias de Mattoso Câmara deveriam conhecer melhor os ensinamentos do mestre que, apesar de não estar mais entre nós, ainda tem discípulos que o defendam.

³⁰ op. cit, pág. 123.

³¹ Manuel Pinto Ribeiro, *Nova Gramática Aplicada da Língua Portuguesa*, 13.ª ed., Rio, Metáfora Editora, 2003, pág. 160.

³² Andre Martinet, *Elementos de Linguística Geral*, (trad.) Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1964, págs 135, 136.